

Revista Veja

Edição 2020 – 08/08/2007

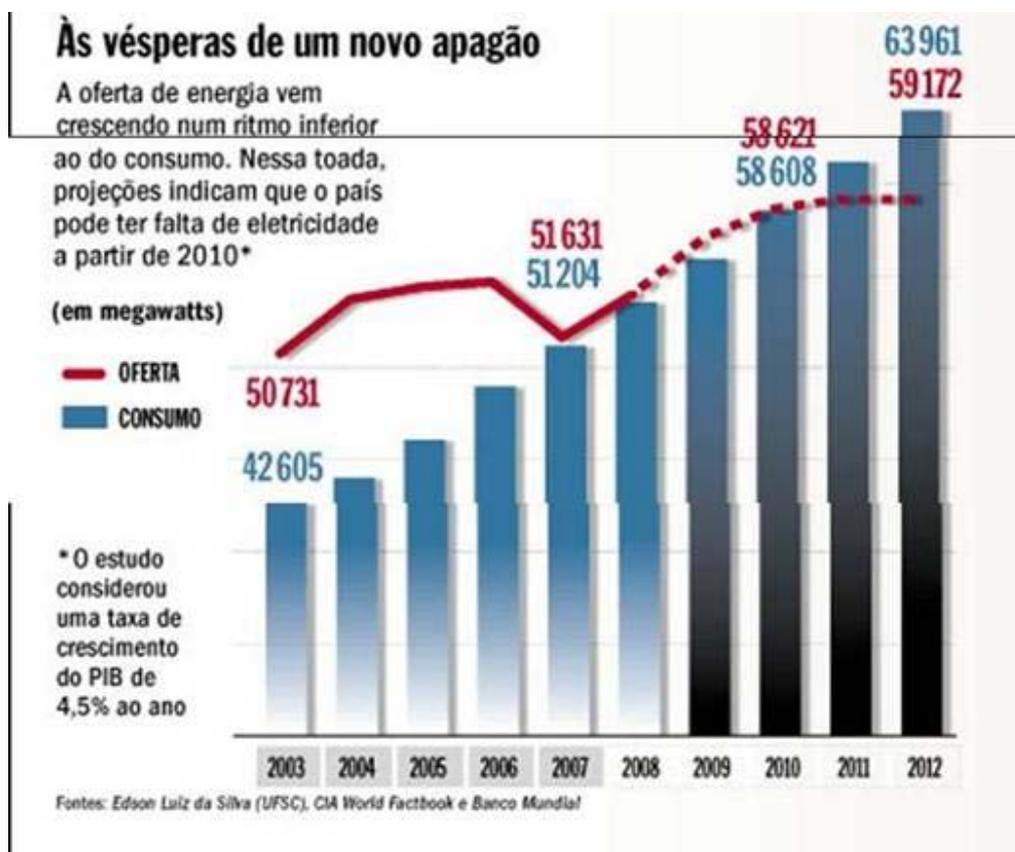
O Brasil pode apagar

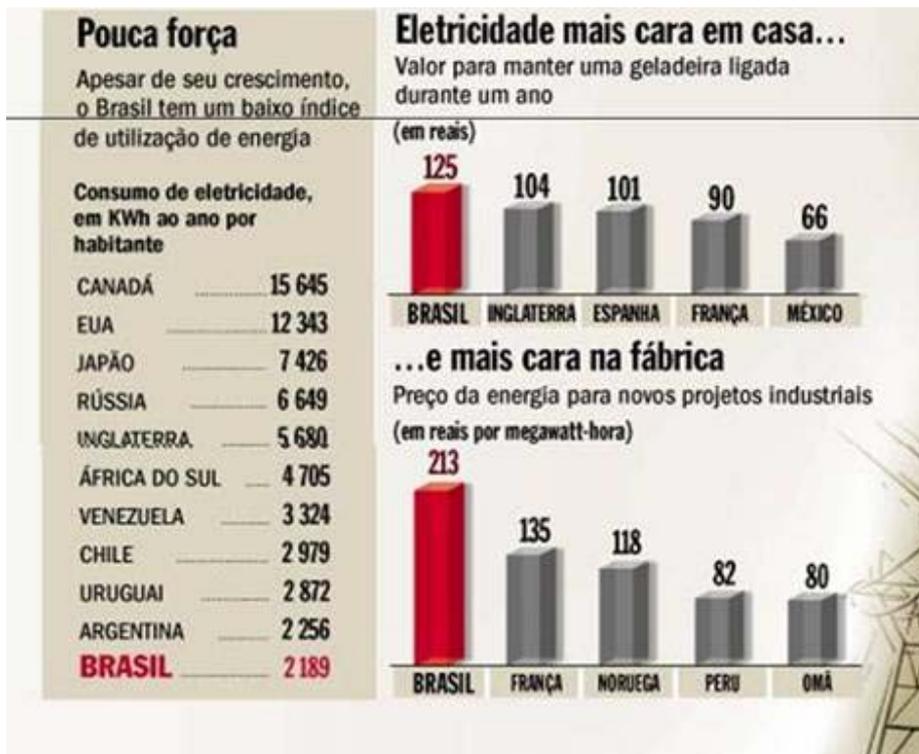
Sem investimento em novas usinas, não haverá crescimento econômico compatível com as necessidades do país

Cíntia Borsato

Há duas maneiras de medir o prejuízo causado pela falta de investimentos no setor energético. Pode-se calcular o risco de um novo apagão. Como a oferta de eletricidade cresce num ritmo inferior ao do consumo, é provável que esse fantasma volte em 2010. Outra maneira, menos comum, é comparar o preço da eletricidade para novos projetos industriais no Brasil às tarifas no resto do mundo. E aí se chega a uma conclusão surpreendente. Os brasileiros consomem sobretudo energia de fonte hídrica, 25% mais barata do que a nuclear. Mesmo assim, pagam tarifas mais caras do que na França, onde a energia nuclear reina absoluta. Isso ocorre por causa de uma série de fatores, todos desastrosos. O maior deles é a carga tributária. Ela representa metade do valor da conta de luz dos brasileiros. Além de absorver recursos da iniciativa privada, a tributação é usada para pagar contas de um governo endividado. Resultado: as contas de luz são caras, mesmo assim os investimentos não são feitos e, como consequência desse fato, é elevado o risco de faltar energia nos próximos anos.

Estudo do professor Afonso Henriques Santos, da Universidade Federal de Itajubá, mostra que o governo Lula não iniciou nenhuma grande obra de geração de energia. Mais de 90% das usinas inauguradas pelo petista foram licitadas nos anos de Fernando Henrique Cardoso. Desde 2003, 17 500 megawatts foram acrescentados à matriz energética. Desses, apenas 1 700 megawatts foram contratados durante a atual administração, energia suficiente para abastecer não mais do que 5 milhões de residências. Afirma **Claudio Sales**, do **Instituto Acende Brasil**: "Sozinho, o governo não conseguirá suprir a demanda. É preciso dar segurança para que o setor privado invista".





O que pode ser feito já

As principais saídas apontadas por especialistas para reerguer a curto prazo a infra-estrutura do país

ENERGIA

- Simplificar os procedimentos para a instalação de hidrelétricas
- Estimular a concorrência no fornecimento de gás
- Tornar atrativo o preço da energia gerada pelas usinas de bagaço de cana

AVIAÇÃO

- Transferir para a iniciativa privada a gestão de grandes aeroportos, como Congonhas e Cumbica. Isso já ocorre com 10 aeroportos de pequeno porte
- Mudar o Código Brasileiro de Aeronáutica para permitir que empresas possam ser donas de aeroportos
- Separar e colocar nas mãos de empresas distintas as funções de administrar e fiscalizar aeroportos
- Abolir o limite de 20% para investimento estrangeiro em aeroportos e companhias aéreas

ESTRADAS

- Concluir a licitação para a melhoria de sete trechos das rodovias federais mais combatidas: BR-116 (dois trechos), BR-376, BR-381, BR-393, BR-153 e BR-101

- Assegurar a rentabilidade justa para os investidores em estradas federais, como fez o estado de São Paulo com suas rodovias
- Conceder autonomia e recursos à ANTT, agência reguladora federal do setor, hoje loteada politicamente e esfacelada
- Fiscalizar com rigor o excesso de peso dos caminhões

FERROVIAS

- Retirar favelas das margens das linhas férreas
- Construir o Ferroanel, para desafogar o transporte de cargas da área urbana de São Paulo
- Aumentar a interconexão da malha ferroviária
- Abrir licitação para a construção de novas ferrovias

PORTOS

Terminal privado em Santos

- Abrir licitação para novas áreas portuárias
- Acelerar as PPPs e a liberação de recursos para obras de melhoria do acesso terrestre aos portos
- Proibir indicações políticas para cargos nas companhias Docas
- Aumentar o calado (profundidade) dos principais portos, permitindo o atracamento de supercargueiros